



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES
GABINETE DO MINISTRO

COMUNICADO DE IMPRENSA

Foi divulgada a decisão da Câmara de Representantes do Congresso dos Estados Unidos, de aprovação de uma medida, que inclui 24 países em desenvolvimento, na lista de possíveis beneficiários de perdão da dívida, pelo governo americano e por instituições financeiras internacionais. O projecto de lei denominado *'Jubilee Act for Responsible Lending and Expanded Debt Cancellation of 2008'* foi ontem aprovado com 285 votos a favor e 132 contra. Cabo Verde figura na lista dos países elegíveis.

O Governo de Cabo Verde reconhece e congratula-se pelas diversas iniciativas que visam a anulação da dívida dos países mais pobres, nomeadamente a Declaração do Milénio que exorta a comunidade internacional a tomar medidas especiais para suprimir os obstáculos que entravam a eliminação da pobreza e o alcance do desenvolvimento durável em África, incluindo a anulação da dívida; a iniciativa HIPC (PPTe - Países Pobres Altamente Endividados) que já fez aprovar o alívio efectivo da dívida de mais de 23 países; O G8, reunido em Julho de 2005 em Gleneagles, Escócia que decidiu perdoar a totalidade da dívida externa de 18 países mais pobres do mundo.

Esta evolução traduz o reconhecimento crescente de que o serviço da dívida externa constitui um enorme fardo e um factor de entrave ao processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, destacando-se o impacte negativo nos orçamentos públicos e na balança de pagamentos.

Constata-se ainda, a emergência de uma nova geração de políticas, de maior incentivo à Boa Governação, à apropriação e às melhores práticas na gestão do processo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, espera-se que a comunidade internacional dê também uma atenção especial aos países que, embora se endividaram no exterior, conseguiram, com muito esforço e num cenário de Boa Governação e de Democracia, honrar os seus compromissos e por isso não se encontram em situação de endividamento extremo que lhes permita serem contemplados no quadro do HIPC.

Este é, claramente, o caso de Cabo Verde.

O impacto positivo das suas políticas de desenvolvimento e de redução da pobreza seria bem maior caso o país não tivesse que dedicar recursos avultados no serviço da dívida externa. Em alternativa, esses recursos poderiam ser aplicados em sectores prioritários tais como a Educação, a Saúde e as Infraestruturas Básicas e de Transporte.

Com efeito, a economia de Cabo Verde enfrenta uma enorme vulnerabilidade estrutural, alimentar, energética e uma vulnerabilidade decorrente da insularidade.

Cabo Verde é também muito sensível aos choques externos adversos. O País encontra-se numa fase em que se confronta com a saída do Grupo dos Países Menos Avançados, em que o peso das remessas dos emigrantes, dos donativos e dos empréstimos oficiais totalizam cerca de 25% do PIB, evidenciando grande dependência do país da ajuda externa e a vulnerabilidade no financiamento do seu desenvolvimento.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Victor Borges, no discurso proferido em New York, a 21 de Setembro de 2005, por ocasião do Debate Geral da Sexagésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, fez, em nome do Governo, um apelo à comunidade internacional para aliviar Cabo Verde do pesado fardo do serviço da dívida externa, através do seu cancelamento, permitindo assim ao país consolidar os avanços a nível do seu processo de desenvolvimento. Este apelo tem sido transmitido aos mais altos dirigentes dos países amigos em diversas ocasiões.

Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, 17 de Abril de 2008.